

IMPACTOS DA TERCEIRIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Daniele Pinheiro Volante¹
Carla Ariela Rios Vilaronga²
Lívia Maria Reis Pereira³

Resumo: Assim como em diversas esferas do serviço público brasileiro, os Institutos Federais (IFs) têm recorrido à contratação indireta de profissionais para a ampliação de seu quadro, a fim de atender à crescente demanda por serviços de apoio à escolarização dos estudantes público da Educação Especial. Neste sentido, questiona-se como as equipes de servidores efetivos têm se organizado para integrar, ao trabalho desenvolvido no campus, os profissionais de contratação indireta ou outros vínculos empregatícios. Com o objetivo de analisar as impressões dos servidores das Equipes Multiprofissionais (EMPs) sobre o processo de terceirização dos serviços de apoio educacional nos IFs, foi realizada sessão reflexiva virtual com 15 servidoras das EMPs de IFs das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, como parte de uma pesquisa colaborativa. A coleta dos dados ocorreu a partir da aplicação do roteiro de sessão reflexiva, que foi gravada para posterior transcrição e análise, por meio de mapas de associação de ideias. Observou-se a existência de sentimentos conflitantes, com a crença de que tais profissionais poderiam contribuir para diminuição da sobrecarga das equipes de servidores efetivos, aliada à preocupação quanto à precarização da qualidade do trabalho desenvolvido em decorrência da formação profissional, condições laborais, limites de atuação e alta rotatividade de profissionais. Na impossibilidade de reversão imediata dessa tendência, evidencia-se a necessidade de fortalecimento das EMPs enquanto espaço colaborativo, formativo e reflexivo, no intuito de dirimir lacunas oriundas da precarização dos serviços de apoio educacional nos IFs.

Palavras-chave: Educação Especial. Equipe Multiprofissional. Terceirização

IMPACTS OF SUBCONTRACTING PROFESSIONALS FOR ACCESSIBILITY OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE CONTEXT OF BRAZILIAN FEDERAL INSTITUTES

Abstract: As in several spheres of the public service, the Brazilian Federal Institutes have resorted to the subcontracting strategy to expand their staff, in order to meet the growing demand for support

¹ Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Paraná. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação Especial pela UFSCar. Membro dos Grupos de Pesquisa Formação de Recursos Humanos em Educação Especial – GP-Foreesp, da UFSCar – e Inclusão Escolar na Rede de Educação Profissional Tecnológica, do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). E-mail de contato: daniele.volante@ifpr.edu.br.

² Professora EBTT do IFSP e Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da UFSCar. Doutora em Educação Especial pela UFSCar, Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Pedagoga pela Unesp. Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Recursos Humanos em Educação Especial – GP-Foreesp, da UFSCar – e Líder do Grupo de Pesquisa Inclusão Escolar na Rede de Educação Profissional Tecnológica, do IFSP. E-mail de contato: crios@ifsp.edu.br.

³ Psicóloga do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Doutoranda do Programa em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Recursos Humanos em Educação Especial – GP-Foreesp, da UFSCar. E-mail de contato: liviamaria@ifba.edu.br.

services to students with disabilities. Thus, the question is how permanent employees teams have integrated subcontract professionals, or another forms of precarious employment, into the educational work. It aimed to analyze the perceptions of multi professional team members regarding the process of subcontracting strategy to improve educational support services in the Brazilian Federal Institutes, a virtual meeting was held with 15 civil servants from the Northeast, Southeast and South regions, as part of a collaborative research. Data was collected through the application of the reflective session script, which was recorded for later transcription and analysis using idea association maps. The existence of conflicting feelings was observed, with the belief that such professionals could contribute to reducing the overload of civil servants, combined with the concern regarding the precariousness of work as a result of professional training, working conditions, limits of performance and high turnover of professionals. Given the impossibility of immediately reversing this trend, the need to strengthen multi professional teams as a collaborative, training and reflective space becomes evident, with the aim of alleviating gaps arising from the precariousness of educational support services in Brazilian Federal Institutes.

Keywords: Special Education. Multi Professional Team. Subcontracting.

IMPACTOS DE LA TERCERIZACIÓN DE PROFESIONALES PARA LA ACCESIBILIDAD DE LOS ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD EN EL CONTEXTO DE LOS INSTITUTOS FEDERALES BRASILEÑOS

Resumen: Igual que varios ámbitos de la función pública brasileña, los Institutos Federales (IFs) han recurrido a la contratación indirecta de profesionales para ampliar su cuadro, con la finalidad de atender a la creciente demanda de servicios de apoyo a la escolarización de los estudiantes de la Educación Especial. En este sentido, surge la pregunta de cómo se han organizado los equipos de empleados estatales para integrar, al trabajo realizado en el campus, a profesionales provenientes de contratación indirecta u otras relaciones laborales. Con el objetivo de analizar las impresiones de los empleados de los Equipos Multiprofesionales (EMPs) sobre el proceso de tercerización de servicios de apoyo educativo se realizó una sesión virtual de reflexión con 15 empleados de los EMPs de los IFs de las regiones Noreste, Sureste y Sur, así como parte de una investigación colaborativa. La recolección de datos ocurrió mediante la aplicación del guión de la sesión reflexiva, el cual fue grabado para su posterior transcripción y análisis mediante mapas de asociación de ideas. Se observó la existencia de sentimientos conflictivos, con la creencia de que dichos profesionales podrían contribuir a reducir la sobrecarga de los equipos de empleados permanentes, combinados con la preocupación por la precariedad de la calidad del trabajo realizado como resultado de la formación profesional, las condiciones de trabajo, límites de desempeño y alta rotación de profesionales. Ante la imposibilidad de revertir inmediatamente esta tendencia, se hace evidente la necesidad de fortalecer las EMPs como espacio colaborativo, formativo y reflexivo, con el objetivo de abordar las brechas derivadas de la precariedad de los servicios de apoyo educativo en los IFs.

Palavras-clave: Educación Especial. Equipo Multiprofesional. Subcontratación

Introdução

Com a preconização para que os sistemas educacionais sejam transformados em espaços inclusivos, passa a existir a necessidade de readequação das escolas, auferindo recursos para o atendimento a todas as pessoas (Dorziat, 2013). Dentre esses recursos, destaca-se aqui a existência

de uma equipe multiprofissional (EMP), preparada para garantir o atendimento necessário ao estudante público da Educação Especial⁴, com vistas à sua permanência no ambiente escolar (Aniceto; Franceschini, 2018). Como nas EMPs dos Institutos Federais (IFs), há a presença de servidores com diferentes vínculos empregatícios, o presente trabalho pretendeu investigar como as equipes efetivas se organizam para integrar os demais profissionais.

Uma equipe multiprofissional é composta por profissionais das mais diversas áreas e formações que atuam conjuntamente em prol de um objetivo comum (Garcia, 1994; Aniceto; Franceschini, 2018). O que, no contexto de interesse deste estudo, pode corresponder a profissionais das áreas da Educação (Pedagogia e Licenciaturas), Psicologia, Serviço Social, Saúde, Reabilitação e demais profissionais que possam contribuir para a garantia de acessibilidade aos estudantes público da Educação Especial no ambiente escolar.

Ressalta-se que a inclusão escolar deve ser vista como resultado da dinamicidade entre indivíduo e ambiente, reconhecendo o papel da equipe que intermedeia o processo (Maciver *et al.*, 2018). Os profissionais que atuam com a escolarização dos estudantes público da Educação Especial precisam ter seus papéis bem definidos e entender quais as suas concepções acerca da inclusão, a fim de que seu trabalho não seja pautado por remediar um problema multifatorial, que não está no estudante (Silva, Mendes, 2021). Para Maciver *et al.* (2018), se pretende tirar o foco das pessoas com deficiência e identificar os elementos contextuais – físico e social – que se constituem como barreiras institucionais e estruturais.

Nessa esteira, Silva e Mendes (2021) sinalizam sobre o desafio de formar o profissional para atuar nas escolas, quando o campo de trabalho é restrito para absorvê-los e as universidades continuam formando-os para atuarem na área da saúde, reforçando a ideia de centralidade no estudante. A falta de capacitação foi justamente um dos problemas encontrados por Dorziat (2018), na pesquisa desenvolvida em escolas da cidade de João Pessoa, na Paraíba.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu Título VI e respectivos artigos, aponta como profissionais da educação aqueles que possuem formação para a docência: cursos de licenciatura, Pedagogia ou de complementação pedagógica (Brasil, 1996). Em específico para a Educação Especial, a LDBEN prevê que a oferta de serviços de

⁴ Grupo que engloba estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2008; 2011).

apoio especializado para atendimento aos estudantes que compõem seu público, realizada por “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados [...] nas classes comuns” (Brasil, 1996, art. 59, inciso III).

Posterior à LDBEN, dois documentos mencionam as EMPs nas suas redações, a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, instituída através do Decreto nº 3.298 (Brasil, 1999), e Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001). Contudo, em ambos os instrumentos legais não fica estabelecido quais seriam esses profissionais que comporiam a EMP.

A PNEEPEI, publicada em 2008, apesar de não trazer a descrição de quais profissionais devem estar envolvidos com atendimento a estudantes público da Educação Especial, reduz a abrangência desse público aos estudantes com deficiência, altas habilidades e superdotação e transtornos globais do desenvolvimento (Brasil, 2008). Nesta norma, é indicada a atuação intersetorial para a implementação de políticas públicas, fazendo referência a um trabalho interdisciplinar.

Destaca-se a publicação da Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de outubro de 2009, que apresenta as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o centra na figura do professor. Uma vez que esse atendimento deveria ser ofertado preferencialmente nas salas de recursos multifuncionais (SRM) das escolas comuns, atribuindo-lhe, ainda, um destaque na elaboração e execução do plano de AEE (Brasil, 2009).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº13.146, de 06 de julho de 2015 – reforça o reducionismo do atendimento aos estudantes público da Educação Especial às SRM, restringindo as possibilidades de outros suportes à escolarização desse público. Em seu artigo 2º, prevê a atuação das EMPs apenas na avaliação da deficiência, que deve ser realizada sob um viés biopsicossocial. Além da inexistência de uma regulamentação consistente para a atuação das EMPs no espaço escolar, e dos serviços de apoio estarem centrados no atendimento individualizado (Volante, 2023), outro problema enfrentado na construção de redes de apoio à inclusão escolar é o baixo investimento despendido para a constituição e formação das equipes (Silva, Mendes, 2021).

De modo diverso ao que ocorre na maioria das escolas da Educação Básica, os Institutos

Federais (IFs) têm, em seus quadros, servidores cujas formações estão aptas a compor uma EMP, com disponibilidade prevista no Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2014). Essa estratégia da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) previu a constituição de EMPs para acompanhamento sociopsicopedagógico dos estudantes e fortalecimento dos núcleos de acessibilidade dessas instituições – chamados de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) – a partir da contratação de profissionais de áreas, como: Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e outras áreas que fossem necessárias ao campus (Brasil, 2014).

Contudo, ao longo do tempo, percebeu-se um aumento no número de matrículas de estudantes público da Educação Especial nos institutos brasileiros (Vilaronga *et al.*, 2022). A fim de compor as equipes para atender à crescente demanda, a Setec “tem orientado aos IFs, desde 2018, a realizarem estudos de viabilidade para contratação de empresas para fornecimento de profissionais para apoio à escolarização de estudantes” público da Educação Especial (Volante, 2023, p. 107). Essa forma de contratação caracteriza-se por terceirização do serviço público, uma vez que os servidores efetivos nos IFs, assim como em outras áreas e esferas públicas, devem ingressar na instituição por meio de nomeação após aprovação em concurso público.

Embasando-se na Lei nº 8.745/1993, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) elaborou proposta alternativa⁵ de construção de um banco de cargos para contratação temporária, mas realizada de forma direta por cada Instituto. Com essa proposta, o Conif apontou os prejuízos advindos da ampliação de profissionais através da terceirização, dentre os quais destacam-se: alto custo dessa modalidade de contratação, restrição dos cargos que poderiam fazer parte da contratação indireta e o risco da precarização dos vínculos, com consequente prejuízo nos serviços prestados (Conif, 2022). Entretanto, a Setec manteve seu posicionamento inicial quanto a terceirização como solução para o suprimento de profissionais para atendimento das necessidades educacionais dos estudantes público da Educação Especial.

Diante deste quadro, questiona-se como as equipes efetivas dos IFs têm se organizado

⁵ Esse documento foi elaborado pelos representantes dos IFs no Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, contudo não foi oficialmente publicado. As autoras o inseriram devido à relevância apresentada para o contexto abordado.

para integrar, ao trabalho desenvolvido no campus, os profissionais que possam compor o quadro de servidores por meio do regime de contratação indireta ou outros vínculos empregatícios. O presente artigo consiste em uma investigação parte de uma pesquisa de mestrado, com o objetivo de analisar as impressões dos servidores das EMPs sobre o processo de terceirização dos serviços de apoio educacional nos IFs.

Método

O presente artigo⁶ consistiu em um estudo de abordagem qualitativa a partir dos pressupostos metodológicos da pesquisa colaborativa, embasado nos trabalhos de Ibiapina (Ibiapina; Ferreira, 2005; Ibiapina, 2008; Ibiapina, 2016). Sobre as opções realizadas para o delineamento da pesquisa, ressalta-se que a pesquisa colaborativa, utilizada principalmente na implementação de espaços coletivos para formação docente, caracteriza-se por oportunizar a:

[...] compreensão e explicação das situações práticas educativas com vistas a transformar a realidade das escolas e dos professores, pois proporciona o aprendizado de atitudes que se voltam para o desenvolvimento profissional (Ibiapina, Ferreira, 2005, p. 27-28).

Para tal, pesquisas desse tipo concentram-se na “natureza socialmente construída da realidade e nos processos de cooperação construídos entre participantes de investigações” (Ibiapina, 2016, p. 34). Ainda segundo a autora, nessa perspectiva “os dados são gerados cooperativamente e a construção de conhecimentos é realizada a partir da participação ativa dos integrantes em prol de transformações na realidade” (p. 34).

Desse modo, para além de propiciar o acesso a dados sobre a realidade educacional, a pesquisa colaborativa ainda beneficia os membros da comunidade escolar, uma vez que oportuniza espaços para que reflitam sobre suas práticas. Ressalta-se que a construção de saberes a partir do contraponto entre a reflexão sobre a própria atuação e a literatura relacionada às discussões propostas, possibilita o desenvolvimento profissional dos agentes escolares.

No intuito de oportunizar a reflexão sobre a atuação dos servidores nas EMPs dos IFs, foram planejados e ofertados espaços formativos virtuais organizados por meio de sessões

⁶Esta pesquisa foi registrada e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos sob o número 52208521.5.0000.5504, e intitulada A Atuação da Equipe Multiprofissional dos Institutos Federais com os Estudantes Público-alvo da Educação Especial.

reflexivas, indicado por Ibiapina (2008) como ferramenta para o desenvolvimento de pesquisas dessa natureza. Apesar da pesquisa colaborativa e as sessões reflexivas frequentemente serem implementadas como proposta de formação crítica docente, entende-se que são estratégias válidas para formação continuada em ambientes educacionais e de todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente na trajetória formativa dos estudantes, uma vez que essa estratégia é:

[...] o contexto, o ambiente propício à reflexão, o *locus* de promoção da flexibilidade [...] como espaço colaborativo que motiva a reflexão intencional e ajuda a mobilizar o saber necessário à condução da pesquisa colaborativa (Ibiapina, 2008, p. 97).

Para a participação nas sessões desenvolvidas foram selecionados 23 profissionais, que compuseram um grupo majoritariamente feminino, o que motivou a escolha pela adoção da flexão de gênero correspondente no decorrer do texto. Além de terem expresso concordância para participação da pesquisa, as servidoras deveriam atender aos seguintes critérios:

- Ocupar cargo de assistente social, pedagogo, psicólogo escolar, técnico em assuntos educacionais (TAE) ou demais cargos parte da EMP;
- Estar em exercício em um dos campi dos IFs;
- Realizar acompanhamento ou atendimento de estudantes público da Educação Especial;

Em adição aos critérios mencionados, ainda era necessário que tivessem respondido ao questionário para levantamento de informações sobre o perfil e o modo de organização das EMPs dos IFs, correspondente à primeira etapa da pesquisa de mestrado. Ainda, que tivessem se inscrito no curso de extensão intitulado “Atuação da equipe multiprofissional na acessibilidade nos Institutos Federais”, ofertado em parceria com o Instituto Federal de São Paulo, campus São Carlos, no período entre 12 de abril de 2022 e 10 de maio de 2022.

Esse curso, ofertado como formação em serviço, contou com uma carga horária de 20 horas e teve o propósito de estruturar as sessões reflexivas e formalizar a participação das servidoras, como a emissão de certificados que justificassem e comprovassem sua presença nos encontros durante o horário de trabalho. A fim de viabilizar a participação de servidoras lotadas em diferentes Ifs e ocupantes de diversos cargos, as sessões reflexivas foram realizadas com o

uso da plataforma *Google Meet*.

Para a pesquisa de mestrado foram realizados cinco encontros virtuais, com duas horas de duração, e os dados foram coletados a partir da transcrição da gravação em vídeo dos encontros e das mensagens de texto trocadas pelas participantes na própria plataforma, além dos formulários aplicados durante os encontros ou como atividades assíncronas. Entretanto, os dados referentes a este estudo em específico foram coletados durante as discussões fomentadas na quinta e última sessão reflexiva.

Dessa forma, foram analisadas as transcrições das mensagens de texto trocadas pelas participantes e de duas horas de gravação em vídeo do encontro realizado em 10 de maio de 2022. O encontro contou com a presença de 15 profissionais atuantes nas EMPs do setor de acompanhamento sociopsicopedagógico, ou do NAPNE, e ocupantes de sete cargos diferentes. Essas e outras informações referentes à caracterização das participantes são apresentadas no Quadro 1, assim como a forma adotada neste estudo para sua identificação, que consiste em um nome fictício acompanhado de uma sigla correspondente ao cargo ocupado.

Quadro 1: Caracterização e identificação das participantes presentes na sessão reflexiva.

Participante	Instituição	Cargo	Função de gestão
Adriana/AADM	IFBA	Assistente administrativo	Não se aplica
Alessandra/AS	IFBA	Assistente social	Não se aplica
Antônia/AS	IFSP		Coordenação do NAPNE
Dália/DOC	IFSP	Docente – Matemática	Coordenação do NAPNE
Débora/DOC	IFSP	Docente – Pedagogia	Chefia de setor pedagógico
Dolores/DOC	IFSP	Docente – Área técnica	Coordenação do NAPNE
Natália/NUT	IFBA	Nutricionista	Não se aplica
Paula/PED	IFPE	Pedagogo	Não se aplica
Pedro/PED	IFPI		Não se aplica
Priscila/PED	IFPR		Não se aplica
Pérola/PSI	IFSP	Psicóloga	Coordenação do NAPNE
Patrícia/PSI	IFSul de Minas		Não se aplica
Teresa/TILSP	IFSP	Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais/Português (TILS)	Coordenação do NAPNE
Tiago/TILSP	IFSul de Minas		Não se aplica
Talita/TILSP	IFTM		Coordenação do NAPNE

Fonte: Adaptado de Volante (2023).

E a análise dos dados gerados ocorreu por meio do mapa de associação de ideias, conforme indicado por Spink e Lima (2013) e a partir da apropriação das manifestações mais significativas, após sua organização em agrupamentos por similaridade temática. Dessa forma, a técnica possibilitou a descrição e discussão sobre a convergência e divergência entre as falas

e mensagens das participantes e o referencial teórico, para que sejam evidenciados os sentidos produzidos no discurso.

Resultados e Discussões

As servidoras foram convidadas a falar sobre o posicionamento de seus campi quanto à crescente demanda por serviços de apoio a estudantes público da Educação Especial, considerando as restrições orçamentárias e as orientações da Setec para a terceirização de profissionais. As manifestações das participantes sobre suas percepções quanto à ampliação da EMP por meio da terceirização de profissionais evidenciaram sentimentos e expectativas divergentes diante dessa perspectiva.

Sobre a chegada dos profissionais terceirizados, somente uma das participantes, Paula/PED, mencionou não existir essa perspectiva em sua instituição e que o planejamento das equipes tem contado apenas com os servidores efetivos para o atendimento das demandas. Em algumas das demais falas, foi possível observar que as participantes acreditam que a chegada desses profissionais poderia aliviar a sobrecarga de trabalho vivenciada pelas servidoras efetivas, conforme evidenciado nos relatos de Adriana/AADM, Antônia/AS e Teresa/TILSP.

Eu estou esperando que eles primeiro cheguem, porque está difícil. É tanta luta para conseguir profissional para o núcleo, até professor de AEE só temos um no campus e ainda substituto, e já atendemos quase 40 alunos no núcleo hoje. Só temos um psicólogo no campus e que se recusa a trabalhar com o núcleo (Adriana/AADM).

A gente tem a expectativa de receber esses profissionais que vão auxiliar, principalmente nessa questão dos encaminhamentos após as entrevistas iniciais (Antônia/AS).

A gente não tem um educador especial e agora a gente pediu um psicopedagogo [...] para tentar minimizar os problemas em relação aos estudantes (Teresa/TILSP).

É importante ressaltar que os NAPNES são compostos por servidores voluntários, ocupantes de diversos cargos e lotados em diferentes setores do campus, que conciliam as atividades relacionadas ao núcleo e aos estudantes público da Educação Especial com as atribuições dos cargos de origem dentro de sua carga horária de trabalho (Vilaronga *et al.*, 2022). Uma dessas atividades é mencionada no excerto da participante Antônia/AS e consiste

na realização de entrevistas, logo após o início do curso, com os estudantes público da Educação Especial e seus responsáveis legais para levantamento de informações sobre sua trajetória educacional, as condições facilitadoras da aprendizagem e os recursos e estratégias de acessibilização necessários.

De acordo com Volante (2023), as servidoras das EMPs dos IFs compreendem essa medida para garantia das condições adequadas para permanência e êxito, como atividade inerente ao trabalho dessas equipes. Mas, para a servidora, parte das ações elencadas após o levantamento inicial de informações poderia ser desenvolvida pelos profissionais contratados ou com sua contribuição, possibilitando à EMP o enfoque em atribuições exclusivas aos cargos de seus membros efetivos.

Entretanto, também se fez presente o receio quanto à qualidade do serviço que será prestado pelos profissionais terceirizados e a responsabilização da equipe com questões relacionadas à gestão dos contratos, como a fiscalização do trabalho realizado e o cumprimento dos termos contratuais pelos profissionais e pela empresa licitada.

Mas, ao mesmo tempo, dá medo, porque [...] são profissionais que estão vindo de fora, que não vão ter esse vínculo [...]. A gente quando entra, [...] vai aprendendo no dia a dia o que é ser servidor do Instituto Federal[...]. E [...] tem essa questão da sobrecarga, [...] porque nós vamos ter que ficar responsáveis pela fiscalização desses contratos, a gente vai ter que ficar responsável pela observância dessas ações que esses profissionais vão estar realizando no campus. Então, ao mesmo tempo que é uma expectativa positiva, tem também o medo (Antônia/AS).

O receio relatado pelas participantes é compatível com Camargo e Tada (2023), para os quais a terceirização é uma ação governamental que segue a lógica neoliberal e dá preferência a resultados quantitativos em detrimento de qualitativos. Em consequência, tem-se lugar a precarização do trabalho que, no ambiente escolar, impacta na qualidade educacional.

Nesse sentido, Druck *et al.* (2018) argumentam que é traduzida para o serviço público a lógica empresarial privada em que a terceirização é marcada por contratos precários e provisórios, com baixo padrão salarial. Especificamente com relação aos salários, a lei de licitações estabelece determinadas condições para que ocorra a concorrência entre as empresas prestadoras de serviços, estando as instituições públicas obrigadas a selecionar sempre o menor preço.

Quando se referem aos atendimentos prestados aos estudantes público da Educação Especial, Vilaronga *et al.* (2022) salientam a importância de não serem realizados por profissionais terceirizados, evitando-se, assim, o sucateamento ou desvio de funções. As autoras salientam a importância do planejamento para a contratação dos profissionais, embasado em uma política institucional, observando-se a demanda advinda do ingresso dos estudantes, a formação dos profissionais que atuarão no instituto, assim como a coerência entre as atribuições a serem desenvolvidas e o cargo a ser ocupado.

Em sua fala, Antônia/AS aponta a provável responsabilização das servidoras das EMPs pelo acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços, aspecto bastante relevante. Nesse contexto, é necessário que as instituições considerem o excesso de demandas que têm sido apresentadas por estudantes, familiares, docentes e outros servidores em decorrência do crescimento das matrículas de estudantes público da Educação Especial e do retorno ao ensino presencial (Volante, 2023) para que o acompanhamento dos profissionais contratados não se torne mais um fator prejudicial à qualidade dos serviços de apoio prestados a esses estudantes.

Na sequência dos relatos, as servidoras abordaram aspectos relevantes relacionados a outros dois vínculos empregatícios que têm sido adotados pelos IFs para ampliação das EMPs voltadas ao atendimento das necessidades educacionais de estudantes público da Educação Especial. O primeiro, é relacionado à contratação direta de profissionais com o intuito de cumprir decisões judiciais resultantes do acionamento do poder judiciário por familiares desse grupo de estudantes.

As profissionais de atendimento educacional especializado chegaram depois; chegaram, se não me engano, em dezembro de 2020. [...]. Elas são habilitadas, mas foram contratadas como analistas especializados. Então eu fazia questão de dizer que elas eram profissionais, elas não eram professoras [...] e tem o fato de que essas profissionais já foram embora, então hoje nós temos que contratar outras profissionais. Isso significa que [...] essas profissionais, existindo oportunidades melhores, elas vão embora. E um rodízio de profissionais muito frequente eu acho que não é bom para ninguém, mas é o que a gente tem para o momento. Hoje nós estamos sem as duas, elas estão fazendo muita falta, e nós estamos em processo de contratação porque é medida judicial, então tem que ser dada continuidade ao atendimento (Dolores/DOC).

Conforme destacado pela docente, essas contratações, realizadas após a aprovação do profissional em processos seletivos simplificados, possuem caráter temporário, demandando a substituição frequente de profissionais. Além disso, a fala de Dolores/DOC remete a outra possível precarização em relação ao vínculo efetivo, como o excesso de atividades atribuídas, muitas vezes incoerentes ao cargo ocupado pelo profissional.

As discussões resultantes da fala desta participante evidenciaram outra problemática relacionada à contratação direta, com vínculo temporário, de profissionais para atendimento das demandas educacionais de estudantes público da Educação Especial. Em virtude da restrição orçamentária enfrentada pelas instituições, a contratação de profissionais por meio da judicialização dos serviços de apoio à escolarização e formação profissional frequentemente é a alternativa mais eficaz para a garantia dos apoios necessários. Entretanto, é comum que as determinações não sejam compatíveis às necessidades apresentadas pelo estudante.

Sobre o caso específico relatado por Dolores/DOC, foi apontado que a solicitação realizada pelas famílias e corroborado pelo campus era para contratação de um profissional docente da Educação Especial. Tal opção possibilitaria a oferta de AEE aos estudantes e a construção e implementação de estratégias de acessibilização curricular, por meio do planejamento conjunto de ensino e o coensino.

Porém, o profissional e atribuições descritas nas medidas judiciais resultantes das ações movidas pelas famílias possibilitaram que a instituição contratasse um profissional com formação em Educação Especial em um cargo de carreira técnica administrativa, de natureza incompatível à atuação sinalizada inicialmente. O relato da servidora é coerente com Vilaronga *et al.* (2022), quando as autoras relacionam a existência da prática de desvio de função na execução de contratos para terceirização de profissionais e o prejuízo na qualidade dos serviços de apoio desenvolvidos.

A ausência de docentes da Educação Especial para a oferta de AEE e acompanhamento de ações para acessibilização aos estudantes público da Educação Especial, quando implementadas por outros profissionais, foi apontada por Vilaronga *et al.* (2022), para a maioria dos IFs. As autoras ainda ressaltam que, especialmente para o AEE, é imprescindível considerar que:

[...] a oferta deste serviço, quando feita por profissional sem os conhecimentos ou competências específicas da docência em educação especial, fragiliza seus

resultados e cerceia o direito dos estudantes [...], ao não garantir as condições necessárias para sua escolarização. São igualmente alarmantes práticas como o desvio de servidores técnicos das funções de origem – mesmo quando tenham formação em educação especial[...]. Essas práticas, ao expor os profissionais a uma carga horária excessiva e sem respaldo da carreira docente EBTT⁷ para o desenvolvimento de atividades de planejamento, pesquisa e extensão, comprometem a qualidade do serviço disponibilizado aos estudantes e favorecem a precarização do trabalho docente (Vilaronga *et al.*, 2022, p. 97-98).

O segundo aspecto abordado nas discussões sobre as medidas implementadas pelos Ifs para ampliação do quadro de servidores, e que tem preocupado as participantes, está relacionado à abertura de concursos para preenchimento de vagas com carga horária reduzida.

Aqui no instituto nós estamos recebendo os professores da Educação Especial do concurso, que estão assumindo [...]. E aí, também, é interessante porque esse concurso foi feito para 20 horas, então vai ter um professor da Educação Especial em cada campus, mas com 20 horas [...] (Priscila/PED).

A fala de Priscila PED evidencia uma preocupação de que, mesmo com a contratação desses docentes como servidores efetivos, exista a possibilidade de precarização das condições de trabalho de forma similar à vivenciada pelos profissionais terceirizados. E tal situação é compatível ao apontado por Camargo e Tada (2023), uma vez que a garantia do quantitativo de profissionais é priorizada em detrimento da qualidade do serviço que poderá ser desenvolvido por esses profissionais.

Ressalta-se que a decisão dessa instituição em disponibilizar uma vaga, para cada um de seus campi, para contratação de docentes com carga horária reduzida, possivelmente não atenda às demandas de trabalho nos campi com maior número de estudantes público da Educação Especial matriculados. Conforme destacado por Volante (2023), tal decisão constituiu-se como:

[...] uma ação meramente paliativa, ao garantir, por parte da instituição, a readequação dos quadros funcionais em prol dos estudantes [...], porém sem oferecer a essas servidoras condições de trabalho compatíveis às demandas apresentadas aos docentes contratados (p. 109).

⁷ Docente EBTT – Docente da Educação Básica, Técnica e Tecnológica.

Desse modo, é provável que esses servidores sofram com uma sobrecarga de trabalho em decorrência da incompatibilidade da quantidade de demandas e a disponibilidade de carga horária para cumprimento de suas atividades. Tal regime de trabalho poderia inviabilizar, em muitos casos, a atuação de forma colaborativa dentro da EMP e com os demais docentes conforme preconizado por Garcia (1994). Para a autora, a atuação de forma colaborativa favorece a reflexão dos agentes escolares sobre a própria prática e sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na instituição, e, por consequência, a implementação de espaços formativos a esses servidores.

Entre iniciativas possíveis para formação continuada dos servidores, Silva e Mendes (2021) destacam aquelas seguindo um modelo de consultoria colaborativa como uma potente proposta apontada pela literatura para o trabalho dos profissionais que compõem a EMP da escola. Essa abordagem é também defendida por Aniceto e Franceschini (2018) e Maciver *et al.* (2018), constituindo-se como de grande relevância para a concretização da inclusão escolar.

Ainda, os benefícios para a inclusão são maiores quando, além de atuarem colaborativamente, os profissionais constituem-se em redes de apoio (Garcia, 1994). A formação dessas redes retira a responsabilidade exclusiva dos docentes pela escolarização de estudantes público da Educação Especial, ao englobar os diversos agentes educacionais nesse processo (Mendes, Vilaronga, Zerbato, 2022).

Os benefícios advindos dessa articulação superam a mera resolução de problemas e vão no sentido da prevenção e da oferta de serviços efetivos para a inclusão escolar. Devem fazer parte da rede de apoio os seguintes profissionais: docentes de sala comum, os professores da Educação Especial, a equipe gestora, profissionais de apoio, os demais profissionais que atuarem na escolarização, a EMP, e profissionais de suporte externos à escola (Costa, 2021).

Os excertos apresentados neste artigo evidenciam a existência de aspectos negativos similares nas três principais medidas que têm sido implementadas nos IFs para ampliação de suas EMPs e que foram discutidas pelas participantes (contratação indireta de profissionais, contratação direta em caráter temporário e contratação para cargo efetivo com carga horária reduzida). Mesmo constituindo-se de modalidades diferentes de contratação, podem ser observados indícios compatíveis com a terceirização e com o apontado por Druck *et al.* (2018) e Camargo e Tada (2023), no que se refere à prioridade aos resultados quantitativos, à

precariedade das condições de trabalho e à provisoriedade do vínculo com a instituição. E, por consequência, prejudicar os apoios disponibilizados aos estudantes e a melhoria constante da qualidade de ensino.

Considerações finais

O intuito do estudo, ao proporcionar espaços de reflexão sobre as práticas profissionais, foi de analisar as impressões dos servidores das EMPs sobre o processo de terceirização dos serviços de apoio educacional nos IFs. Os resultados obtidos com a pesquisa, evidenciaram relevantes aspectos acerca dos serviços de apoio disponibilizados aos estudantes público da Educação Especial, levando-se em consideração: 1) as restrições orçamentárias e 2) as orientações da Setec para a terceirização de profissionais.

As servidoras participantes da pesquisa, puderam, durante o encontro realizado especificamente para essa finalidade, externar a sensação de alívio e temor, respectivamente, com possibilidade de diminuição da sobrecarga de trabalho a partir da chegada dos profissionais terceirizados e a qualidade dos serviços que seriam então prestados. Ainda, levantaram questões sobre a contratação direta de profissionais realizada em decorrência de decisões judiciais e sobre a opção institucional pela contratação de servidores efetivos, porém com carga horária reduzida.

Nos IFs, a terceirização – ou outras formas de vínculo precarizado – para atendimento aos estudantes público da Educação Especial tem ocorrido com base no entendimento de que, a ampliação dos recursos humanos para esse fim deveria ser decorrente de uma necessidade transitória e relacionada às especificidades dos estudantes com matrícula vigente. Entretanto, essa compreensão desconsidera a relevância da atuação desses profissionais para a reflexão sobre o trabalho educativo desenvolvido na instituição e, por consequência, para a implementação de medidas que garantam o acesso à educação para todos os estudantes. E, como consequência direta, aponta-se o impacto negativo na qualidade educacional.

Reconhece-se a impossibilidade de reversão imediata dessa prática para serviços de apoio à escolarização e formação profissional de estudantes público da Educação Especial, uma vez que a precarização dos vínculos empregatícios é uma tendência em setores públicos e privados. Diante de tal fato, evidencia-se a necessidade de que as instituições busquem meios

para respaldar a atuação dos servidores efetivos das EMPs e para fortalecer as equipes enquanto espaço colaborativo, formativo e reflexivo. Medida, essa, que pode atenuar os fatores negativos resultantes da precarização dos serviços de apoio educacional nos Ifs.

Desse modo, como sugestões para pesquisas futuras, indica-se a realização de estudos que analisem os documentos administrativos relacionados à ampliação do quadro de profissionais para composição das EMPs e oferta de serviços de apoio à escolarização, no intuito de conhecer as medidas adotadas pelos diferentes IFs e comparar as soluções por eles implementadas. Também se sugere o desenvolvimento de pesquisas que, a partir desses documentos, identifiquem quais profissionais estão sendo contratados para essa finalidade, seu perfil profissional e as atividades atribuídas, assim como, por meio da escuta de servidores, analisem a qualidade do serviço por eles prestado.

Referências

ANICETO, Gabriela; FRANCESCHINI, Belinda Talarico. A equipe multiprofissional frente à inclusão nos trabalhos do VI Congresso Brasileiro de Educação Especial. **Educação**, Batatais, v. 8, n. 1, p. 29-38, jan./ jun. 2018. Disponível em: <https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download?caminho=/upload/cms/revista/sumarios/746.pdf&arquivo=sumario2.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: Secretaria de Educação Técnica e Profissionalizante, 2014. Disponível em: https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/Comissoes_Outros/PermanenciaExito/Documento-Orientador-SETEC.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.

CAMARGO, Julio Sérgio; TADA, Iracema Neno Cecílio. A contratação de cuidadores em Rondônia e a precarização da Educação Inclusiva. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n.120, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/YN8x6xPJqnDhMTW5x4z6WCD/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CONIF. **Ofício nº 73**, de 24 de agosto de 2022. Informações sobre a necessidade de recursos humanos para o atendimento aos (às) Estudantes com Deficiência (EcD) na Rede Federal. Brasília: 2022 (Material não publicado).

COSTA, Juliane Dayrle Vasconcelos da. **Papéis dos profissionais da rede de apoio à inclusão escolar na educação infantil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15375>. Acesso em: 16 jan. 2024.

DORZIAT, Ana. O profissional da inclusão escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 150, p. 986-1003, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/8gPxyhynxmPYJR9FCwGMxtCC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

DRUCK, Graça; SENA, Jeovana; PINTO, Marina Morena; ARAÚJO, Sâmia. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. *In.*: CAMPOS, André Gambier (Org.) **Terceirização do Trabalho no Brasil novas e distintas perspectivas para o debate**.

Brasília, 2018. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180215_terceirizacao_do_trabalho_no_brasil_novas_e_distintas_perspectivas_para_o_debate.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024

GARCIA, Maria Adelina de Abreu. **Multiprofissionalismo e intervenção educativa: as escolas, os projectos e as equipas**. Porto: Edições Asa, 1994.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. Reflexões sobre a produção no campo teórico-metodológico no campo das pesquisas colaborativas: gênese e expansão. In.: IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo; BANDEIRA, Hilda Maria Martins; ARAÚJO, Francisco Antonio Machado (Orgs.). **Pesquisa Colaborativa: multirreferenciais e práticas convergentes**. Piauí: EDUFPI, 2016, p 33-61.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo; FERREIRA, Maria Salonilde. A pesquisa colaborativa na perspectiva sócio-histórica. **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 12, p. 26-38, jan/jul, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1569>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MACIVER, Donald; HUNTER, Cathleen; ADAMSON, Amanda; GRAYSON, Zoe; FORSYTH, Kirsty; MCLEOD, Iona. Supporting successful inclusive practices for learners with disabilities in high schools: a multisite, mixed method collective case study. **Disability and Rehabilitation**, v. 40, n. 14, p. 1708-1717, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09638288.2017.1306586>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EdUFSCar, 2022.

SILVA, Márcia Altina Bonfá da; MENDES, Enicéia Gonçalves. A atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à inclusão escolar. **Revincluso – Revista de Inclusão & Sociedade**, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/revincluso/article/view/609/398>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SPINK, M. J. P.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: A explicação dos passos de interpretação. In: SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. E-book. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 71-99. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>. Acesso em: 23 jan. 2024.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues; VOLANTE, Daniele Pinheiro; GUIMARÃES, Luciana Carlena Correia Velasco. **Inclusão escolar nos institutos federais brasileiros: serviços e possibilidades de atuação**. 2022. Disponível em:

<https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/livros/inclusao-escolar-nos-institutos-federais-brasileiros.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

VOLANTE, Daniele Pinheiro. **A atuação da equipe multiprofissional dos institutos federais com os estudantes público-alvo da educação especial**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2023, 365f. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17795?show=full>. Acesso em: 22 dez. 2023.

Submissão em: 31/03/2024

Aceito em: 06/06/2024

Citações e referências
conforme normas da:



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS